

## A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO.

Monica Martins Barbosa<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho apresenta aspectos das zonas rurais do Município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, após a implantação do Arco Metropolitano. Levanta o atual panorama da agricultura numa processo de desruralização e sua resistência na dinâmica de re-ruralização com a manutenção ou introdução de novas estratégias. O estudo apresenta um debate teórico-metodológico acerca do desenvolvimento territorial do Município, da instauração do processo de metropolização e da reestruturação do território rural com a implantação do Arco. O desenvolvimento deste trabalho conta com a importante fala dos principais atores desse processo, os pequenos agricultores, que ratificam como essas dinâmicas vem delineando esse território, suas forças articuladoras e como vem se desmodelando o desenvolvimento rural do Município.

**Palavras-chave:** Metropolização, Desruralização, Arco Metropolitano.

### Introdução

O processo de desenvolvimento do território brasileiro reafirma as elites econômicas que buscam se modernizar de forma conservadora e deixam as demais faces da população brasileira isoladas. No espaço rural não há diferença dessa aplicação. A indissociabilidade Estado/interesses hegemônicos é característica preponderante no desenvolvimento territorial, seja ele urbano ou rural. Nesse sentido, o estudo da agricultura em espaços que pressupõe expansão urbana recobra a dicotomia do uso e exploração da terra.

O conflito de interesses marca o processo de desenvolvimento socioespacial demonstrando a resistência da agricultura frente à dinâmica de desruralização do território, e sua forma de buscar manutenção e/ou novas estratégias com a finalidade de re-ruralização. A partir dessa dualidade desruralização x re-ruralização, a opção por investigar o processo de reestruturação do território agrário se justifica.

O trabalho tem como análise o atual processo de reestruturação territorial das zonas rurais de Nova Iguaçu, a partir da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro,

---

<sup>1</sup> Universidade Estácio de Sá – monicabarbosa.geo@gmail.com

tomando como objeto de investigação o processo de desruralização do espaço agrário e a resistência dos atores envolvidos em toda essa dinâmica.

Ao entendermos todo o ciclo que o capital esculpiu nas estruturas e reestruturas da Baixada Fluminense, com destaque para o município de Nova Iguaçu, conseguimos compreender a dinâmica de desruralização desse território e perceber o regime de loteamento do campo para fomentar a especulação imobiliária, seja de maneira formal ou informal.

Originalmente a Baixada Fluminense tem seu ordenamento territorial voltado ao viés agrário, serviu de passagem e escoamento de produção açucareira e mineral através do seu principal rio, o Rio Iguaçu. Em um segundo momento, Nova Iguaçu, surge como um importante produtor e exportador de cítricos. Ao longo das décadas, o Município se alinha horizontalmente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, se tornando uma extensão desse território. Mesmo com o histórico processo de urbanização e de metropolização de Nova Iguaçu, podemos dizer que a agricultura é parte fundamental da dinâmica socioespacial. A agricultura urbana e periurbana se inserem no contexto econômico e social da região, detendo um importante papel nesse ciclo através do processo de abastecimento alimentar das áreas urbanas e em seu fluxo econômico. As práticas agrícolas verificadas e registradas no município se desenvolvem em espaços intra-urbanos, como quintais, na finalidade de redução de gastos com alimentação e complementação de renda, além de espaços extra-urbanos com finalidade econômica. Além do viés econômico, algumas áreas estabelecidas como Zonas Rurais pela Prefeitura local são consideradas zonas de amortecimento, já que se encontram no enclave próximo a APA do Tinguá, funcionando como um cinturão para atenuar impactos ambientais e crescimento urbano sobre tal reserva. Sendo assim, cabe dizer que tais zonas cumprem um duplo papel: o de fomentar sustentavelmente a economia rural local e proteger a reserva ambiental.

Para tal análise dessa reestruturação temos numa primeira etapa da metodologia constituída principalmente de um levantamento de referenciais teóricos e também referenciais bibliográficos sobre a Baixada Fluminense, seus dados históricos e principalmente os que tratam do seu espaço agrário. Desta maneira, pôde ser definida a área de estudo da pesquisa, priorizando suas zonas rurais reconhecidas pela Prefeitura de Nova Iguaçu. Foram utilizados dados levantados junto a entidades como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro, Centro Estadual de Pesquisas e Formação de Servidores

Públicos do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Prefeitura Local. Outros importantes dados foram levantados a partir da fala dos principais atores envolvidos no processo, os agricultores familiares e os Planos Diretores do Município e do Arco, além de pesquisas de campo. Com isso se pôde verificar que o processo de implantação da grande infraestrutura faz parte de um processo hegemônico recorrente neste território com suas associações diretas: a especulação imobiliária, expropriação e exploração onde são desprezados e negligenciados interesses de pequenos grupos em prol do grande capital.

### **Uso e ocupação do território de Nova Iguaçu e sua dicotomia**

Desde o início da história de desenvolvimento territorial brasileiro, somente uma parcela da população é vislumbrada pelo Estado. Esse desdobramento econômico sociocultural é notório até a contemporaneidade e essa dicotomia é afirmada em um projeto que tende a desconsiderar o grave quadro de desigualdade social que o país tem. O desenvolvimento do território é um processo multifacetado, que integra diversas transformações de nível estrutural e diversas interações sociais que visam à ampliação de possibilidades para a sociedade, sendo substancial que essa dinâmica se encaixe em diversas áreas (produtiva, tecnológica, social e etc.) e em varias escalas (global, nacional, regional e territorial).

De acordo com Lencione (2008, pág. 45), no sudeste, as metrópoles se expandiram e fizeram com que grande parte da população, aquela que não foi favorecida pelo capital hegemônico, lutasse para assegurar suas necessidades habitacionais. Para tal, o crescimento de loteamentos clandestinos e favelas deram ênfase ao mercado de terras, seja de maneira formal ou informal.

Ainda de acordo com a autora, na década de 1980, “o poder de grandes grupos econômicos ao submeterem, como nunca antes, o poder do Estado-Nação, emerge com força hegemônica na estruturação do território.” e como sintetiza bem, é a “reestruturação de algumas e a marginalização de outras” (2008, pág. 46).

Atualmente vivemos um contexto de metropolização nas grandes cidades e suas extensões, cidades vizinhas que reproduzem o mesmo processo, em uma espécie de continuidade. Esse processo para Lencione é a territorialização do capital, marcando um momento posterior ao processo de urbanização e produzindo um novo tipo de metrópole. Essa metrópole passa a se apresentar com características parecidas a outra metrópole com mais destaque e a qual ela está interconectada. Pode-se utilizar como comparação a metrópole do Rio de Janeiro, que passa hoje por um avançado processo de metropolização com fortes rebatimentos no município de Nova Iguaçu e em outros da Baixada Fluminense.

Nesse contexto, a Baixada se formou sobre os alicerces de interesses hegemônicos sofrendo diversas transformações econômicas e sociais ao longo de sua história, vinculada ao papel que exercia em cada contexto e momento histórico. A ocupação desse território está intimamente ligada à constituição da Cidade do Rio de Janeiro, que favoreceu a ocupação do território ao entorno da Baía de Guanabara.

O século XX se destacou como um importante marco no contexto histórico da Baixada Fluminense. A Reforma Pereira Passos trouxe mudanças substanciais que implicariam no modelo que hoje se encontra nesse território. A acumulação de capital juntamente com o capital imobiliário, disfarçados em um modelo de modernização promoveram mudanças estruturais na Cidade do Rio de Janeiro, que implicou em todo o restante do estado.

Bairros próximos ao Centro foram sendo desenvolvidos e distribuíram-se assim as camadas da população. As elites burguesas ocupavam o que chamamos hoje de Zona Sul, a classe média os bairros da Tijuca, Vila Isabel e Méier e a população pobre ainda sem destino para moradia. Surge então essa esperada solução, que foi a expansão para os subúrbios pelas ferrovias, onde se inseriu a Baixada Fluminense como a possível resolução do problema dessa população da região central do Rio de Janeiro.

Seu processo de constituição como região periférica vem desde um espaço predominantemente agrário voltado à exportação, passando por uma dinâmica de industrialização com apoio Estatal que traz como frutos a valorização de terras e especulação imobiliária e consequentemente a metropolização.

A Baixada Fluminense mesmo tendo sido marcada pela subordinação à elites econômicas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), precisa ser compreendida

não somente pelas grandes desigualdades socioeconômicas e espaciais, mas também como um desdobramento da Metrópole do Rio de Janeiro: uma Região Periférica de grande suporte, sem a qual a RMRJ não teria tamanha importância.

Nesse sentido, para Santos (2005, pág. 256), o território hoje funciona sob duas vertentes: horizontalidades, que são espaços próximos gerando continuidade territorial e as verticalidades, que são pontos distantes que se conectam por formas e processos sociais formando redes. A formação de territórios atualmente se constitui tanto em continuidades do espaço, lugares que se entrelaçam dando prosseguimento uns aos outros ou por lugares distantes ou parcialmente distantes, que se conectam sob forma de redes.

Com toda essa continuidade, a ocupação e o uso do território se fez de maneira assimétrica, sobrepujando interesses hegemônicos e se expandindo junto às desigualdades sociais, fazendo com que a dicotomia da ocupação do território se intensifique cada vez mais.

Como consequência desse processo, contradições passam a marcar a Baixada e se intensificaram com o crescimento socioeconômico desordenado, acentuando a dicotomia da ocupação territorial.

Nas décadas iniciais do século XX, Nova Iguaçu foi um produtor de cana-de-açúcar, café e por volta da década de 1920 um importante produtor de cítricos. Já na década de 1930, foi um grande produtor e exportador de laranja, correspondendo a 22% de área destinada para sua produção. Nesse período a agricultura baseada na laranja faz com que Nova Iguaçu não atendessem a urbanização.

A necessidade de trabalhadores e conseqüentemente a abertura de postos de trabalho trouxeram o crescimento populacional, que veio aliado à falta de investimentos em serviços básicos como saneamento, moradia, saúde, educação, entre outros e se apresentando assim de maneira desordenada. O período da laranja fez com que o governo investisse na abertura e melhoria de estradas para escoamento da produção, bem como para acesso dos moradores.

A partir de 1940, o ciclo da laranja entra em declínio e a crise da citricultura afeta a economia de Nova Iguaçu desde agricultores, comerciantes, até a indústria de beneficiamento. Assim há nos anos que sucedem a década de 1950, uma Nova Iguaçu que passa a se concentrar na sua posição estratégica frente à Região Metropolitana e no processo de

industrialização, que tem um beneficiamento pela facilidade do escoamento pelas rodovias que cortam o município (com destaque para rodovia Presidente Dutra BR-116, com a sua construção em 1951). Iniciou-se um desenvolvimento industrial, em esboço de obras de saneamento e conseqüentemente a valorização de terras e a especulação imobiliária surgem com força na Baixada e no município.

Ainda na década de 1950 serviu como destino de imigrantes, que em busca de trabalho não tinham como arcar com as despesas de viver na cidade e foram obrigados a optar favelas ou loteamentos sem infraestrutura na distante Baixada. Esse processo de urbanização que se deu no espaço rural tornou o mesmo valoroso, ratificando a especulação imobiliária fluminense, que teve aí sua fonte principal. Marcava assim sua história como cidade dormitório e região subordinada ao centro, tanto com relação a moradias, quanto ao papel econômico desempenhado por ela. Tornou-se o braço da Região Metropolitana, onde seria implantando uma série de indústrias, uma continuação da Avenida Brasil, a região periférica. “É sabido que as indústrias tendem a se localizar na periferia das grandes cidades, em parte pelo preço menor dos terrenos necessários às instalações e pela localização da mão de obra.” (Geiger, 1954, pág. 14).

### **Nova Iguaçu: de periferia à Cidade Metropolizada**

Com a expansão tomando proporções maiores, o fenômeno da periferização se acentuou, onde por volta da década de 1970, metrópoles como o Rio de Janeiro passam a ser vistas por um processo dualista. De um lado tem o centro e de outro estão as periferias, onde se destacam a segregação socioespacial, precarização dos serviços e desigual assistência do Estado. No período militar essas marcas se acentuaram com intensos investimentos em infraestrutura nos grandes centros. As diferenças foram agravadas com a concentração econômica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que acabou por dar destaque a essa região em detrimento das demais que compõem o Estado do Rio de Janeiro.

Na década de 1980, na Cidade de Nova Iguaçu, as empresas imobiliárias passam a comprar lotes e a retalha-los para a construção e comercialização de moradias. Entre 1990 e

2001, quatro grandes distritos se emancipam de Nova Iguaçu (Queimados, Belford Roxo, Japeri e Mesquita) que levaram consigo além de parte da extensão territorial, seus distritos industriais, que eram de suma importância para o desenvolvimento econômico e social do município.

A tabela abaixo mostra a evolução da população residente em Nova Iguaçu e outros municípios do Baixada Fluminense, comparando com o Estado do Rio de Janeiro e a RMRJ de 1970 a 2010, de acordo com a Fundação CEPERJ.

Regiões de Governo e municípios	População residente				
	1970	1980	1991	2000	2010
Estado	8.994.802	11.291.520	12.807.706	14.391.282	15.989.929
Região Metropolitana	6.879.183	8.758.420	9.796.649	10.869.255	11.835.708
Rio de Janeiro	4.251.918	5.090.700	5.480.768	5.857.904	6.320.446
Duque de Caxias	431.397	575.814	667.821	775.456	855.048
Itaguaí	29.237	49.238	60.689	82.003	109.091
Japeri	36.386	56.334	65.723	83.278	95.492
<b>Nova Iguaçu</b>	<b>361.339</b>	<b>536.550</b>	<b>630.384</b>	<b>754.519</b>	<b>796.257</b>
Queimados	62.465	94.254	98.825	121.993	137.962
Seropédica	26.602	18.817	52.368	65.260	78.186

**Tabela 1 - População residente, segundo as Regiões de Governo e municípios.  
 Estado do Rio de Janeiro - 1970-2010  
 Fonte: IBGE – Censos Demográficos**

Mesmo com as fragmentações que o município passou nos anos anteriores, hoje, Nova Iguaçu figura entre os quatro maiores municípios do Rio de Janeiro, tem em sua área um dos maiores polos industriais no setor de cosméticos do país e deixa de ser um simples município-dormitório. Além do desenvolvimento econômico na área urbana, Nova Iguaçu dispõe de áreas de proteção ambiental (APA do Mendanha, Reserva Biológica do Tinguá, APA do Jaceruba, Rio D'ouro e Geneciano) sendo reconhecidas nos Plano Diretor e de Desenvolvimento Sustentável. A Câmara Municipal recria a área rural (extinta em 1991) e faz com que essas áreas formem um cinturão ao redor das áreas de proteção ambiental e formem uma zona de amortecimento para o crescimento urbano.

No início do século XXI, o Rio de Janeiro passa por uma dinâmica intensa de fluxo de capitais, fomentando as verticalidades entre a sua Região Metropolitana, demais Municípios do Estado e outros fora dele. Há um grande processo de investimento em infraestrutura através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Rio de Janeiro e

consequentemente um beneficiamento de outros territórios que se ligam a essa rede. Como destaque desse beneficiamento, o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), que para seu intrínseco funcionamento exigiu a construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ), uma via rápida que levasse o escoamento da produção petroquímica ao Porto de Itaguaí, passando por vários municípios (Itaguaí, Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Itaboraí) e favorecendo os municípios vizinhos a esses. A infraestrutura além de ligar o COMPERJ ao porto favoreceria os segmentos econômicos do Estado do Rio de Janeiro reduzindo gastos com transporte, redução do tempo médio de viagem e integração com as principais vias da Região Metropolitana. Nesse sentido, o AMRJ vem com o objetivo de eliminar o problema do fluxo logístico dos transportes e aumentar a dinâmica das atividades econômicas do Estado.

Essas reestruturações promoveram mudanças nas bases econômicas e se tornaram uma arena com atuação de forças de vários interesses e escalas. Nesse sentido, o capital se apropriou do território e o reestruturou a fim de obter novas territorialidades e novas dinâmicas de incremento de fluxo. Não se pode negar que a priori os impactos seriam positivos para o Estado e principalmente para os municípios abarcados no projeto e os que indiretamente se beneficiariam, porém conforme Santos diz:

A sociedade se transforma em espaço pela sua redistribuição sobre as formas geométricas, e isto ela o faz em benefícios de alguns e em detrimento da maioria; ela também o faz para separar os homens entre si, atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo um valor comercial: e o espaço mercadoria vai aos consumidores como uma função de seu poder de compra. (Santos, 2012, pág. 262).

Arelado a um conjunto de políticas públicas como sugere o Plano Diretor do Arco Metropolitano (PDAM), a infraestrutura logística do Arco favoreceria não somente indústrias, mas também um setor econômico que tem tido “pouca expressão” no Município de Nova Iguaçu, mas que no passado se destacou e elevou o Município ao status de “Eldorado” do Rio de Janeiro, o setor agrário.

## **A Estrutura Agrária da Baixada e de Nova Iguaçu antes do Arco Metropolitano**



A estrutura agrária brasileira deve ser compreendida baseada nos processos de desenvolvimento capitalista, onde acarretou na expulsão indireta da população rural com menor poder aquisitivo para regiões metropolitanas, gerando um intenso fluxo migratório.

Não muito diferente da configuração dos campos brasileiros, a Baixada Fluminense tem seu ordenamento territorial marcado por semelhantes processos e por algumas características peculiares. Para Alentejano (2005, páginas 51-52) o espaço fluminense foi organizado sob dois aspectos: o capital industrial e o imobiliário, onde o capital industrial é quem inicia o processo de metropolização e o capital imobiliário, o responsável pela especulação imobiliária e principalmente o responsável pelo êxodo da população do campo.

Ainda para o autor, dois processos são peculiares na Baixada, a desruralização e a metropolização, ambos interconectados sendo os responsáveis pelo seu ordenamento territorial. Seu evidenciamento se dá, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, onde seu ponto de partida foi dado com o declínio da oligarquia cafeeira e ascensão da elite industrial. Até o princípio do século XX, o Rio de Janeiro vinha numa crescente do seu espaço agrário, já que este era o provisor do mercado urbano. No decorrer dessas primeiras décadas, com o incremento do espaço urbano, o efeito passa a ser antagônico. Com isso é dada à concorrência das terras desses espaços urbanos e rurais servindo aos interesses hegemônicos.

A especulação imobiliária na Baixada Fluminense tem sua gênese nessa franja de tecido urbano, passando a servir aos interesses do capital especulativo e de acordo com Alentejano, (2005, pag. 56) “vale dizer que esse processo representa uma revalorização da Baixada, uma vez que esta área fora um importante núcleo de produção agrícola, principalmente de cana e laranja.”.

Entre as décadas de 1960 e 1980 o capital agrário da baixada entra em decadência e com o apoio do Estado, os interesses hegemônicos do capital imobiliário são preponderantes marcando o processo de desruralização fluminense. Concomitante a isso, a metropolização se intensificou marcada na especulação imobiliária via loteamentos populares.

O movimento desses processos não termina por aí. Em Nova Iguaçu, a metropolização iniciada no final do século XX, acentuada no século seguinte (XXI) e conseqüentemente com a verticalização do Município acabou por não fugir a regra. Esse processo descrito por

Alentejano em 2005, ainda é visto em Nova Iguaçu e municípios vizinhos. Contudo, mesmo sendo marcante a desruralização, o processo de resistência por parte dos atores principais (agricultores familiares), faz com que uma inscípiente dinâmica de re-ruralização seja percebida em Nova Iguaçu e territórios vizinhos.

Uma tendência a revalorização do espaço rural surge no desenvolvimento de formas de produção alternativas e neste sentido se destacam a agricultura orgânica, agroecologia, agricultura urbana e periurbana. Torna-se então um modelo opositor ao hegemônico homogenizador, predominante no espaço brasileiro. Esse modelo, conforme Rua explica (2006, pág. 83), tende a crescer valorizando o agricultor familiar e concede abertura a segmentos alternativos, se abrindo a novos nichos de mercado.

A revitalização da agricultura com novas tendências ditada pela dinâmica capitalista, traz para Baixada Fluminense novas possibilidades, novos arranjos, além de fortalecimento na renda do agricultor familiar. Com o desenvolvimento dessas práticas agrícolas, o município de Nova Iguaçu ganha a possibilidade de desenvolver espaços de agricultura urbana e periurbana e espaços agroecológicos. Essas práticas surgem como importante forma de avanço nas condições econômicas, sociais, culturais e ambientais da população do município, além de possibilidades de melhoria da segurança alimentar e qualidade de vida, dando importante destaque ao agricultor familiar. Este, embora ainda com um grande caminho a percorrer, solidifica um papel importante na sociedade e vem se afirmar como uma categoria expressiva tanto no meio rural como no urbano, já que com processos de metropolização e re-ruralização, campo e cidade estão cada vez mais próximos. Em Nova Iguaçu, as feiras da roça e a escolinha de agroecologia vêm ratificar esse processo.

Esse (novo mundo rural) passa a ser compreendido como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento do turismo rural (ecológico e cultural). (Moreira, 2003, página 132 apud Ruas, 2006, pag. 87).

Em Nova Iguaçu podemos verificar ambos os modelos apresentados pelos autores Alentejano e Rua. Frequentemente visto na dinâmica de ordenamento territorial da Baixada Fluminense, o movimento de retração do espaço rural se dá com a valorização das terras processo muito comum no espaço agrário, levando conseqüentemente a desruralização. Em sentido contrário a esse movimento o processo de re-ruralização se afirma como resistência, baseado em dinâmicas alternativas como agricultura urbana, agroecologia, produção de orgânicos entre outras.

Com o histórico desses procesos, podemos dizer que a agricultura é parte fundamental da dinâmica socioespacial, onde a agricultura urbana e periurbana (AUP) se inserem nos contextos econômico e social. A AUP detém um importante papel nesse ciclo, através do processo de abastecimento e reabastecimento alimentar das áreas urbanas e no fluxo econômico dessa mesma área.

Segundo a EMATER, as práticas de AUP registradas no município de Nova Iguaçu, se desenvolvem em espaços restritos intra-urbanos, como quintais, a fim de diminuir gastos com alimentação e complementação de renda. Um exemplo claro desse modelo, se localiza na faixa de dutos da Petrobras - Projeto de Agricultura Familiar em Faixas de Dutos (PAF-Dutos).

O PAF-Dutos foi um projeto de plantio em áreas de dutos da Petrobras na zona periurbana de Nova Iguaçu, anteriormente a implantação do Arco Metropolitano. Em 2003, se teve início no Brasil o projeto do Governo Federal Fome Zero e algumas empresas se remodelam e absorveram questões de responsabilidade social. Essas ações criaram de 2005 a 2008 o PAF-Dutos, onde o foco eram populações em situação de risco moradoras de locais periféricos, onde passavam os dutos da Transpetro. Sob outra vertente, o projeto teve o intuito de ocupar áreas consideradas problema, uma estratégia de controle do território, diminuindo a ocupação irregular e para que os equipamentos da Petrobras fossem preservados.

Indiretamente o projeto contribuiu para melhoria da qualidade de vida desses moradores. As famílias envolvidas recebiam uma bolsa de R\$100,00 mensais mais cesta básica e ainda ficavam com a renda obtida da venda dos produtos produzidos e comercializados. Com o fim do projeto uma grande quantidade de membros desistiu da continuidade das hortas, porém não foi seu fim.

Com a necessidade, se configurou a cooperativa UNIVERDE, que conseguiu a concessão do espaço e passou a organizar os trabalhadores dando incentivo para a produção.

Atualmente conta com um grupo de agricultores, em sua maioria mulheres que se dedicam essencialmente a manutenção da prática agrícola e a venda produtos in natura e processados nas Feiras da Roça. Essas feiras se localizam em vários municípios cortados pelo Arco Metropolitano e seus vizinhos e surgem como forma de resistência à dinâmica capitalista imposta pela construção da infraestrutura visando fortalecer a cadeia produtiva e comercialização de produtos orgânicos. Além dessas ações descritas anteriormente, Nova Iguaçu conta com outras práticas agrícolas exercidas em áreas urbanas e periurbanas que além de dinamizar o ciclo econômico local, preserva e mantém vivos hábitos culturais que são parte da história de vida da sua população. Uma iniciativa para afirmação da agricultura familiar formada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) é a Escolinha de Agroecologia, que vem capacitar e qualificar o agricultor familiar.

Além das zonas urbanas onde são desenvolvidas práticas de agricultura, Nova Iguaçu possui grandes zonas rurais e de acordo com a EMATER, esses locais se concentram em torno das áreas de proteção ambiental, evitando que o processo de urbanização ascenda aos limites das áreas de preservação, traduzindo assim como um cinturão de proteção e amortecimento das reservas.

### **Reestruturação Rural de Nova Iguaçu pós AMRJ e incongruências do Plano Diretor**

Ao parecer do Plano Diretor do Arco Metropolitano (PDAM), a infraestrutura surge para desenvolver de forma integrada todo o Estado do Rio de Janeiro. Integrar a zona rural de Nova Iguaçu significaria desenvolver o setor, incrementar a agricultura familiar e fazer com que a mesma suprisse uma grande parte da demanda por alimentos do Município, da rede escolar e possíveis expansões, fortalecendo a segurança alimentar da região. Ao contrário, com a implementação do AMRJ, a zona rural de Nova Iguaçu sofreu retaliação e ao invés da crescente no processo de re-ruralização, vem padecendo com grandes problemas trazidos e não levantados como possíveis impactos socioeconômicos no seu Plano Diretor.

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro teve sua ideia original no governo militar como um plano de desenvolvimento rodoviário estadual, porém neste período não ocorrendo maiores desdobramentos o projeto foi engavetado.

De acordo com Souza (2015, pág. 68), em meados da década de 1990 o Rio de Janeiro tem sua produção de petróleo e gás intensificada e o estado experimenta o aumento de investimentos privados, transformando o Rio no principal responsável pela produção nacional de petróleo. Nasce nesse contexto o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e em 2006 o Município de Itaboraí foi escolhido como localização para implantação desse empreendimento. Como fruto desse projeto é desarquivado o AMRJ.

Segundo a autora (2015, pág. 70), uma nova roupagem é dada ao Arco, que passa de uma infraestrutura rodoviária estadual para um complexo logístico que visa interligar grandes empreendimentos como o COMPERJ em Itaboraí, Companhia Siderúrgica Nacional em Itaguaí e o Porto de Itaguaí. O AMRJ tem um segundo objetivo, que é dar suporte a empreendimentos industriais como a Refinaria Duque de Caxias (REDUC) em Caxias, o distrito industrial da Bayer em Belford Roxo, o complexo gás-químico – Rio Polímeros em Duque de Caxias, entre outros.

O AMRJ é implantado no Rio de Janeiro no período de auge, onde o estado está recebendo uma sucessão de investimentos e estão em processo diversos empreendimentos, que de acordo com o Plano Diretor do Arco Metropolitano superam a ordem de R\$59 bilhões. Neste contexto, o Arco permitiria a atração de novos investimentos para áreas ao seu redor, reduziria o fluxo de cargas nas grandes rodovias do estado e principalmente aproximaria o complexo portuário de Itaguaí ao COMPERJ em Itaboraí.

A redução de custos no setor de transportes favoreceria, de acordo com o PDAM, outros estados ao redor do Rio de Janeiro, tais como São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal, transformando o RJ em um mega polo logístico.

O PDAM previu um aumento de fluxos migratórios para áreas beneficiadas, atraídos pelos empregos gerados na obra de infraestrutura. Na redação, o plano é disposto como uma ferramenta fundamental na elaboração de políticas públicas para as regiões que são englobadas direta e indiretamente pelo Arco, juntamente com projetos que complementam e

integram favorecendo o desenvolvimento socioeconômico regional. “O Plano Diretor permitirá ao Governo do Rio de Janeiro a efetiva coordenação do desenvolvimento sustentável de toda a área de influência do Arco Metropolitano.” (PDAM, pág. 2).

Conforme o mapa abaixo, o eixo rodoviário corta municípios e influencia diretamente outros. Os cortados diretamente pelo Arco: Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí. Os que são influenciados indiretamente: Rio de Janeiro, Queimados, Mangaratiba, Mesquita, Paracambi, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, São Gonçalo, Tanguá, Niterói e Cachoeira de Macacu.



**Traçado do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e suas áreas de influência direta e indireta.**

**Fonte: PDAM**

O Plano trata o município de Nova Iguaçu como um dos mais importantes centros de comércio e serviços, juntamente com o município de Duque de Caxias. No que concerne às áreas rurais, o PDAM trata com extrema superficialidade e as aponta como espaços de culturas sazonais de baixa importância para o município. As zonas rurais importantes para o município de Nova Iguaçu como Adrianópolis, Tinguá, Rio D’ouro, Marapicu, são abordadas pelo plano como localidades isoladas a serem impactadas pelo AMRJ através da reestruturação territorial com formação de novos bairros, alterando a dinâmica socioeconômica e resultando na necessidade de uma reorganização espacial e de sua população. Ao analisar o PDAM é verificado apenas duas saídas da via para o Município de Nova Iguaçu, uma em Adrianópolis e outra no limite com o Município de Duque de Caxias e ao percorrer o Arco é constatado tal problema.

A falta de propostas tanto no PDAM para a área rural é notória. O traçado do Arco corta importantes zonas rurais e influencia em outras próximas e os impactos da construção não são previstos de uma forma ampla, apenas cita a reestruturação espacial e de sua população.

Em decorrência do esgotamento e conseqüentemente valorização das terras ocupáveis na periferia direta da Cidade do Rio de Janeiro e dos municípios mais próximos da Baixada Fluminense, a periferia de municípios como Nova Iguaçu, Japeri, Duque de Caxias e Itaguaí, em zonas consideradas localmente como “rural”, é palco de um processo de ocupação intenso e contínuo, representado por novos bairros residenciais e zonas industriais; essa dinâmica tem alterado o mercado imobiliário local, com novos loteamentos, novas áreas de construção demandadas por infraestrutura etc. (PDAM, pág. 14).

### **Agricultura Familiar: favorecidos ou desfavorecidos com o AMRJ**

Nova Iguaçu conta assentamentos e pequenas propriedades familiares, porém com a produção não tão inexpressiva conforme afirma o PDAM. Em dados levantados junto a EMATER-RIO podemos verificar nas tabelas a fatia relativa a produção do município e comparando os anos de 2009 e 2015 (antes e depois da implantação do AMRJ).

MUNICÍPIOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (kg)
DUQUE DE CAXIAS	928,2	13.823.200,00
GUAPIMIRIM	468,2	6.835.400,00
ITABORAÍ	479,7	6.243.800,00
ITAGUAÍ	4.019,80	43.004.400,00
JAPERI	808,5	8.633.361,92
MAGÉ	1.628,00	18.440.000,00
<b>NOVA IGUAÇU</b>	<b>664,2</b>	<b>8.433.051,00</b>
QUEIMADOS	224	2.254.979,00
SEROPÉDICA	1.748,20	21.171.200,00

**Resumo da área e produção colhida segundo os municípios da Região Centro – ano 2009**

**FONTE: Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola - ASPA, Rio de Janeiro, 2009, EMATER.**

Abaixo o ano de 2015, que comparando ao ano de 2009 não há significativas alterações, ao contrário de outros municípios relacionados, mas se levarmos em conta o número de produtores é o segundo maior dos municípios cortados pelo Arco e não podem ser negligenciados.

MUNICÍPIOS	Nº PRODUTORES	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PREÇO (R\$)	PRODUTIVIDADE (t/ha)	FATURAMENTO (R\$)
Duque de Caxias	412	18.213,31	1.081,61	1,66	16,84	30.285.758,80
Guapimirim	151	9.438,10	820	1,24	11,51	11.673.538,00
Itaboraí	151	1.025,50	107,3	0,86	9,56	884.906,00
Itaguaí	232	6.842,00	779,9	1,37	8,77	9.359.080,00
Japeri	1.020	8.274,00	816,4	1,24	10,13	10.270.330,00
Magé	650	13.370,34	1.231,90	1,53	10,85	20.391.579,80
<b>Nova Iguaçu</b>	<b>1.007</b>	<b>6.027,00</b>	<b>685,2</b>	<b>1,31</b>	<b>8,8</b>	<b>7.904.920,00</b>
Queimados	389	1.883,00	223	1,41	8,44	2.649.360,00
Seropédica	687	17.410,80	1.447,50	1,06	12,03	18.403.110,00

**Resumo por municípios do sistema ASPA/AGROGEO – ano 2015 Rio de Janeiro**

**FONTE: Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola - ASPA, Estado do Rio de Janeiro, 2015 - SISTEMA AGROGEO, EMATER – RIO**

Na tabela abaixo verificamos a gama de alimentos produzidos nas áreas rurais de Nova Iguaçu. Além dos produtos relacionados abaixo, outros inúmeros ajudam a diversificar a produção agrícola no município como mudas, queijos, doces, ervas medicinais, frutas não relacionadas, produtos processados e etc.

MUNICÍPIOS/ CULTURAS	Nº Produtor es	Produção (t)	Área (ha)	Preço (R\$)	Produtividade (t/ha)	Faturamento (R\$)
Nova Iguaçu						
AIPIM	305	2.896,00	253	1,53	11,45	4.430.880,00
BANANA NANICA	140	790	139	0,41	5,68	323.900,00
BANANA PRATA	96	449	84	0,6	5,35	269.400,00
BERINJELA	19	75	9,6	1,06	7,81	79.500,00
COCO VERDE	60	230	25,2	0,8	9,13	184.000,00
GOIABA	14	418	21	1,76	19,9	735.680,00
JILÓ	68	184	22	1,34	8,36	246.560,00
MILHO VERDE	53	188	30	0,5	6,27	94.000,00
PEPINO	5	67	4,5	2	14,89	134.000,00
PIMENTÃO	28	107	11,4	1,33	9,39	142.310,00
QUIABO	219	623	85,5	2,03	7,29	1.264.690,00



Nova Iguaçu	1.007	6.027,00	685,2	1,31	8,8	7.904.920,00
-------------	-------	----------	-------	------	-----	--------------

**Relatório do tipo de produção por regiões e os municípios do sistema ASPA/AGROGEO – ano 2015 RJ.**

**FONTE: Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola - ASPA, Estado do Rio de Janeiro, 2015 - SISTEMA AGROGEO, EMATER – RIO.**

Ao abordar os feirantes e conseqüentemente agricultores familiares na Feira da Roça, de forma geral, atribuíram ao Arco Metropolitano um beneficiamento à dinâmica no transporte, pois alguns atores residem em municípios próximos, porém seus sítios (produção) ficam localizados em Nova Iguaçu ou vice e versa. Nesse sentido utilizam o Arco para se deslocar e chegar de um ponto a outro com mais rapidez. Em todas as conversas e entrevistas com os agricultores/comerciantes da Feira da Roça (16 barracas presentes), houve relatos do aumento substancial da violência, assaltos e invasões a propriedades, que anteriormente a implantação do Arco mal eram diagnosticadas.

Em diálogo com a EMATER e AS-PTA, eventos jamais mencionados em reportagens ou até mesmo no PDAM, como o traçado do AMRJ cortando assentamentos rurais, desmembrando parte dos sítios e em um caso mais complexo um assentamento na área do Município de Seropédica que já sofria com a fragmentação, se findou após a implantação do Arco. Agricultores familiares indenizados saíram do município de Nova Iguaçu, uns em direção a outras áreas rurais mais interiores e outros se encaminhando para comunidades carentes do município ou de municípios vizinhos. O processo intenso de favelização que algumas áreas sofreram foram acentuados com projetos de “combate ao crime” na RMRJ e novamente acentuaram as transformações ocorridas e contribuíram para o aumento da violência em áreas antes tidas como tranquilas.

Além de toda a problemática de segregação, violência e esquecimento, outro grande problema relatado foi o escoamento das águas pluviais no Arco: a obra colocou o AMRJ em um nível mais elevado que as propriedades, sem a distribuição do escoamento das águas para a rede de esgoto. Em fortes chuvas essas propriedades próximas à infraestrutura sofrem com alagamento, ficando inundadas e comprometendo a produção e a integridade dos moradores. Em diversas áreas rurais, espaços vêm sendo significativamente urbanizados, como Marapicu, onde a UNIVERDE (cooperativa criada pelos próprios agricultores remanescentes do projeto PAF-DUTOS) permanece com as hortas, contrasta com empreendimentos imobiliários

formais e informais, fruto da valorização de terras e conseqüentemente da especulação imobiliária.

De uma forma geral o desinteresse político e a falta de perspectiva dos atores envolvidos nas áreas rurais é muito grande. A expansão urbana entrou com força total nas zonas rurais, ameaçando agricultores e o trabalho de anos da EMATER, CPT e de outros atores que atuam juntos para dar visibilidade a essas populações. A luta pela terra e as conquistas dos assentados e pequenos agricultores faz com que essa parte da população permaneça em suas propriedades em um contínuo embate com a hegemonia do capital financeiro e seus objetivos que fragmentam, segregam e excluem.

## **CONCLUSÃO**

Tendo em vista os levantamentos bibliográficos e as pesquisas de campo realizadas no decorrer deste trabalho, se percebe como foi dada a reestruturação do território e o desenvolvimento agrário das zonas rurais do Município de Nova Iguaçu antes e depois da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

A agricultura familiar vem resistindo bravamente ao processo desruralização acarretado pela metropolização do município e pela dinâmica de territorialização do capital praticada por interesses hegemônicos. O processo de metropolização em curso no território trouxe intensos problemas às zonas rurais como: violência, segregação, falta de interesse político nas áreas, a valorização de terras e conseqüentemente a especulação imobiliária.

Com a implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro ainda há muitas incertezas quanto ao desenvolvimento agrário de Nova Iguaçu e também de outros municípios influenciados direta ou indiretamente pelo Arco. Se não houver um planejamento para solidificar a prática agrícola pelo poder público e um limite para a especulação imobiliária, o crescimento industrial e urbano, Nova Iguaçu continuará passando pelo processo de desruralização e novamente sua vocação rural será sobrepujada e sua agricultura entrará em declínio.

Nesse sentido, cabe ao Estado elaborar políticas públicas para o desenvolvimento desse território, incentivo a agricultura familiar e suporte aos assentamentos. Como o Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro não trata especificamente de zonas rurais e muito pelo contrário, as trata como vazios urbanos ou até mesmo de agricultura inexpressiva, recaiu para os municípios um olhar mais atento e para o suporte à essas áreas.

Se torna iminente a revitalização do rural, a recriação desses espaços através de incentivos a produção de alimentos, o fomento de hibridismo nas zonas rurais e um direcionamento para a segurança alimentar. Mesmo com pouco suporte, porém de infinito valor que esses atores tem atualmente, a resistência tem se mantido grande. Ocorrendo um incentivo e alinhando ele a própria infraestrutura do Arco Metropolitano, as zonas rurais podem produzir muito mais alimentos, produtos e mais empregos, transformando a dinâmica em uma crescente re-ruralização.

Ao terminar este trabalho, é dado conta que ainda há muito mais a se explorar com a problematização questionada, tanto em territórios próximos quanto a outras questões.

## **Referências Bibliográficas**

ALENTEJANO, P. R. R. **A evolução do espaço agrário fluminense**. Revista GEOgraphia, vol. 7, nº13, páginas 49-70, UFF, Rio de Janeiro, 2005.

BRANDÃO, C. A. **Território & Desenvolvimento - As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, Editora da UNICAMP, São Paulo, 2007.

EMATER Rio, **Agropecuária e área rural em Nova Iguaçu**. Disponível em: <[http://www.cmni.rj.gov.br/noticias/producao\\_agropecuaria\\_nova\\_iguacu.pdf](http://www.cmni.rj.gov.br/noticias/producao_agropecuaria_nova_iguacu.pdf)> Acesso em: 19 outubro de 2016.

FERREIRA, A. et. al. **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro, Consequência, Brasil, 2015.

**FIRJAN, Estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Avaliação dos impactos logísticos e socioeconômicos da implantação do Arco metropolitano do Rio de Janeiro.** Edição nº3, 2008.

**GEIGER, P. P. e SANTOS, R. L. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense.** Revista Brasileira de Geografia, ano XVI, nº3, IBGE, 1954.

**LENCIONI, Sandra. Da Metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevida do capitalismo.** PEREIRA, Paulo César Xavier & HIDALGO, Rodrigo. Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina. Santiago: PUC-Chile, p. 41-54, 2008.

**Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2011

**RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades.** Revista Geografia Agraria, vol.1, nº1, págs. 82-106, Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

**SANTOS, M. O retorno do território.** En: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

**SOUZA, T. R. O papel da ideologia na expansão urbana: a questão econômica e os impactos socioambientais do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.** USP, São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo.